

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4394/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência, Francisco Neves Junior, e a Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo da Cidadania, Clarissa Carlotto Torres, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência contra a População de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, CEVLGBT; e revogar a Portaria nº 1842/2021-PGJ, de 26.5.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4395/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência, Francisco Neves Junior, e a Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo da Cidadania, Clarissa Carlotto Torres, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Mato Grosso do Sul, CETRAP/MS; e revogar a Portaria nº 1840/2021-PGJ, de 26.5.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4396/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência, Francisco Neves Junior, e a Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo da Cidadania, Clarissa Carlotto Torres, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, integrarem o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, Sinalid/CNMP; e revogar a Portaria nº 1841/2021-PGJ, de 26.5.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4397/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça Fabrícia Barbosa Lima, do Núcleo da Infância e da Juventude, e Clarissa Carlotto Torres, do Núcleo da Cidadania, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público Estadual no Conselho Estadual de Acompanhamento e Fiscalização do Programa Identidade Jovem, CEAF-ID Jovem; e revogar a Portaria nº 1830/2021-PGJ, de 26.5.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4398/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, Coordenadora do Núcleo da Cidadania, para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul nas Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário Estadual; e revogar a Portaria nº 2065/2021-PGJ, de 15.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4399/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar as Promotoras de Justiça Fabrícia Barbosa Lima e Clarissa Carlotto Torres para, sem prejuízo de suas funções, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, representarem o Ministério Público Estadual no Centro de Referência da Juventude; e revogar a Portaria nº 4042/2021-PGJ, de 20.10.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4400/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência, Francisco Neves Junior, e a Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo da Cidadania, Clarissa Carlotto Torres, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público Estadual no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de Mato Grosso do Sul, CEDHU/MS, no biênio 2021/2023; e revogar a Portaria nº 3968/2021-PGJ, de 18.10.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4401/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência, Francisco Neves Junior, e a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, Coordenadora do Núcleo da Cidadania, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no Comitê Interinstitucional Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais e Refugiados, Suas Famílias, Crianças e Adolescentes do município de Campo Grande; e revogar a Portaria nº 4758/2021-PGJ, de 23.11.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4403/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, representar, na qualidade de suplente, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, na Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, COPEVID, do Grupo Nacional de Direitos Humanos, GNDH, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, CNPG; e revogar a Portaria nº 1832/2021-PGJ, de 26.5.2021, na parte que designou a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva para representar o MPMS na referida comissão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4404/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, representar, na qualidade de suplente, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, na Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito, COPEDEH, do Grupo Nacional de Direitos Humanos, GNDH, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, CNPG; e revogar a Portaria nº 1832/2021-PGJ, de 26.5.2021, na parte que designou a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva para representar o MPMS na referida comissão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4405/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, representar, na qualidade de suplente, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, no Grupo Nacional de Defesa do Consumidor, GNDC, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, CNPG; e revogar a Portaria nº 1832/2021-PGJ, de 26.5.2021, na parte que designou a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva para representar o MPMS no referido grupo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4402/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 1901/2021-PGJ, de 1º.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1039/2022 - PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliano Albuquerque 4 (quatro) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 23 a 26.8.2022, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1040/2022 - PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Regina Dornte Broch 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 1º.9.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1041/2022 - PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Anthony Allison Brandão Santos 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 25.8 a 13.9.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1042/2022 - PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Jui Bueno Nogueira 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.8 a 17.9.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1043/2022 - PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Procurador(a) de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 25.8 a 7.9.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1044/2022 - PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Procurador(a) de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 26.8 a 1º.9.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1045/2022 - PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por motivo de licença, as férias remanescentes da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini concedidas por meio da Portaria nº e-921/2022-PGJ, de 28.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1046/2022 - PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.8 a 3.9.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 4406/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 22.8.2022, a Portaria nº 2423/2022-PGJ, de 25.5.2022, que concedeu à servidora Andressa Miranda Auto Vale, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, em exercício na 16ª Procuradoria de Justiça Criminal, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho (PGA nº 09.2022.00004065-2).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4407/2022-PGJ, DE 2.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 19ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 16.9.2022, em razão de afastamento da servidora Lenice Mie Joboji, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4408/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sandra Maria Amâncio de Lima Mariano, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca no período de 1º.9.2022 a 31.8.2023; e revogar, a partir de 1º.9.2022, a Portaria nº 3820/2021-PGJ, de 4.10.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4409/2022-PGJ, DE 2.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Alessandro Alcides Bogo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 31ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 49ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 24.10 a 1º.11.2022, em razão de afastamento da servidora Denise Pereira de Lima, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4410/2022-PGJ, DE 2.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando Resstel Corrêa Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça no período de 12 a 23.9.2022, em razão de afastamento da titular, Rachel Barbosa Poltronieri Florence.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4411/2022-PGJ, DE 2.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 30.8 a 6.9.2022, em razão de afastamento da servidora Jéssica Gabrielle Rech Skonvronski, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 4412/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Contabilidade, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Contabilidade nos dias 19 e 22.8.2022, em razão de afastamento do titular, Marco Aurelio de Sá Baptista.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 4415/2022-PGJ, DE 2.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Autorizar os servidores abaixo relacionados a participarem do curso “Primeiros Socorros”, a ser realizado no dia 5.9.2022, das 13h às 17h, no prédio-sede da Escola Superior do Ministério Público.

- Alecy Dias da Silva
- Anderson Aparecido dos Santos
- Daniel Rodrigues Duarte
- Daniela Saab Nogueira
- Diego Vinícius Queiroz Silva
- Fernanda Fabrini Silva
- Jader Silva de Melo Alves
- Joana Maria Diedrich
- José Guilherme de Oliveira
- Marcelo Roque Daltro Tosta
- Maria Aparecida de Oliveira Santana França
- Matheus Córdoba Caramalac
- Natália França Saraceni
- Rafael Cezar Cavaretto
- Rafael Tosi de Carvalho
- Regina Célia de Araújo Silva
- Ruth Dayana da Rosa Vera
- Selma Gonçalves
- Silvia Helena Schiavi de Carvalho
- Tatiany Pereira Pael
- Thaylanne Christie da Silva Arruda Rafael
- Vanduir Abadio Barbosa

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4413/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Catia Cristiane Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Tomada de Contas no período de 29 a 31.8.2022, em razão de afastamento da titular, Simeia Fernanda da Silva Taveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4414/2022-PGJ, DE 2.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças nos dias 24.8 e 2.9.2022, em razão de afastamento da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 41/2022/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para promoção, pelo critério de merecimento, para a 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial:

Inscritos: Promotores de Justiça Estefano Rocha Rodrigues da Silva, Jorge Ferreira Neto Júnior, Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, Douglas Silva Teixeira, Daniel do Nascimento Britto e Daniel Pívaro Stadniky.

Campo Grande, 2 de setembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 61/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000831-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Brasilândia e o Sistema Educacional Família e Escola Ltda - SEFE - Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório de nº 572, na modalidade pregão presencial, que tem como objeto a aquisição de sistema de ensino apostilado para ensino infantil, fundamental e língua estrangeira (inglês).
- 2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000638-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Conselho Municipal de Saúde de Vicentina - Requeridos: Antônio Ferreira da Silva, Edson Lopes Dantas, Graciele Cristina Pivetta, Helio Toshiiti Sato e o município de Vicentina - Assunto: Apurar eventual desvio de verba do Fundo Municipal de Saúde do município de Vicentina.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000564-3 (Sigiloso)** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001458-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Calcário Bela Vista - Ltda - Assunto: Apurar eventual dano ambiental e desrespeito à licença de operações ambiental pela empresa de Calcário Bela Vista, pela suspensão de poeira na estrada da Caieira causada pelo intenso trânsito de caminhões. (IC nº 57/2014, migrado para o sistema SAJMP).
- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001644-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Aramis Galeano Brandão, Fazenda Redomão - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Redomão de propriedade de Aramis Galeano Brandão e Outra, as margens do Rio Apa.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2019.00000955-4 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia.
- 7) Inquérito Civil nº 06.2019.00000956-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Brasil Assessoria em Gestão Pública Ltda, Câmara Municipal de Bonito, Julianna Lolli Ghetti, Maria Lúcia Gonçalves de Miranda e Pedro Henrique de Lima Silva - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da pessoa jurídica Brasil Assessoria em Gestão Pública Ltda pela Câmara Municipal de Bonito. **Advogado: Silvio Roberto Rocca, OAB/MS nº 5.114B.**
- 8) Inquérito Civil nº 06.2019.00001114-9** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Rocha e Ieffet Ltda- ME (Sushi Tai) - Assunto: Apurar a prática de poluição sonora e ausência de licenciamento ambiental do restaurante "Sushi Tai", localizado neste município, a fim de obstar danos ambientais.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2019.00001824-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas no Processo Seletivo, deflagrado pelo município de Ponta Porã, para a contratação de servidores temporários.
- 10) Inquérito Civil nº 06.2020.00000141-8** - Promotoria de Justiça de Entidades de Interesse Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar a situação da carceragem na Delegacia de Polícia Civil de Sete Quedas, quanto a falta de local adequado para prender, apreender, custodiar ou alojar qualquer indivíduo adolescente ou do sexo feminino, bem como a necessidade de reforma e melhoria da estrutura carcerária.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2020.00000677-9 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí.
- 12) Inquérito Civil nº 06.2020.00000962-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edilson José Beltramin - Assunto: Apurar a abertura de drenos, sem autorização do órgão ambiental competente na Fazenda Tuiuiu, localizada no município de Guia Lopes da Laguna, pelo arrendatário Edilson José Beltramin.
- 13) Inquérito Civil nº 06.2020.00001234-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Marcelo Carvalho Chain e Marcos Paulo Martins - Assunto: Apurar desmatamento ilegal de 0,98 ha, em área integrante do Bioma de Mata Atlântica, na fazenda Primor, localizada em Amambai/MS.
- 14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000259-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agostinho Francisco Ludwig - Assunto: Apurar desmatamento



ilegal de 14,18 hectares, ocorrido na fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, em tese, praticados por Agostinho Francisco Ludwig, conforme Auto de Infração Imasul nº 4044 e Laudo de Constatação nº 12178 e Parecer nº 404/20/Nugeo.

15) Inquérito Civil nº 06.2021.00000370-9 (Sigiloso) - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia.

16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000386-4 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Matheus Specian Fiani e Renato Speciani Fiani - Assunto: Apurar desmatamento de 1,66 ha de vegetação nativa, na Fazenda Vô Fiani, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 590/17/Nugeo e Parecer nº 330/21/CEIPPAM.

17) Inquérito Civil nº 06.2021.00000400-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nilson Lima - Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 183,03 hectares, sem autorização da autoridade competente, fato ocorrido na fazenda Minha Mãe, localizada neste Município.

18) Inquérito Civil nº 06.2021.00000549-5 - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sidrolândia/MS - Assunto: Apurar a ausência de Agentes Comunitários de Saúde para atender as famílias residentes entre os Lotes nº 482 a nº 578 no Assentamento Eldorado II, localizado nesta comarca de Sidrolândia/MS.

19) Inquérito Civil nº 06.2021.00000675-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Laudemir Pelaquim e Rubens Alves dos Santos - Assunto: Apurar a ausência de 4,66 hectares de vegetação arbórea densa em área de Reserva Legal e 2,89 hectares de vegetação arbórea densa em Área de Preservação Permanente bem como a falta de, aproximadamente, 17,88 hectares para a composição de Reserva Legal, na Fazenda Cantinho do Céu, em Angélica/MS, conforme Parecer nº 007/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

20) Inquérito Civil nº 06.2021.00000775-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Mônica Jacintho de Biasi - Assunto: Apurar a supressão de 6,07 hectares de vegetação no Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Vitória do Ivinhema, em Ivinhema/MS, sem a autorização da autoridade ambiental competente conforme Parecer 33/20/Nugeo.

21) Inquérito Civil nº 06.2021.00001089-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Reynaldo Domingues - Assunto: Apurar a suposta ocorrência de desmatamento ilegal da vegetação nativa em 201,82 hectares, na Fazenda Fortuna, sob responsabilidade de Reynaldo Domingues, em Rio Verde de Mato Grosso, MS, nos termos do Parecer nº 62/2021/NUGEO do Programa DNA Ambiental.

22) Inquérito Civil nº 06.2021.00001460-6 - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível ilegalidade na aplicação de verbas públicas pelo Hospital Dona Elmira Silvério Barbosa, consistente no pagamento de aluguel de um arco cirúrgico.

23) Inquérito Civil nº 06.2021.00001501-6 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã.

24) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001533-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim/MS - Assunto: Apurar eventual despejo irregular de esgoto no rio Taquari, nesta cidade e comarca de Coxim/MS.

25) Inquérito Civil nº 06.2022.00000035-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cemy Domingos da Silva - Assunto: Apurar a irregularidade jurídica ambiental referente à danos de processos erosivos, com presença de voçoroca e exposição do lençol freático, em Área de Preservação Permanente, no Sítio Velhacaria, em Paranaíba, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares nº 026/2ºPEL/6ªCIA/BPMA/2021.

26) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000170-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Leonardo Nicaretta - Assunto: Apurar possível irregularidade praticada pelo Procurador Jurídico do município de Terenos/MS.

27) Inquérito Civil nº 06.2022.00000348-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Adriane Garcia Carvalho - Assunto: Apurar regularidade jurídica ambiental em 1,20 ha de vegetação nativa, causados pelo trânsito de gado bovino constatando erosões de porte médio ao leito de um córrego, na fazenda Santa Maria em Paranaíba/MS.

28) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000610-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Asilo São Francisco - Requerido: Município de Aquidauana - Assunto: Verificar a solicitação feita pelo Asilo São Francisco de Aquidauana acerca de repasse de recursos financeiros para manutenção



daquela instituição.

29) Inquérito Civil nº 06.2022.00000725-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Casa Onze Premium Bar, Paulo Dartagnan Gomes Monteiro - Assunto: Apurar o cumprimento da legislação municipal pelo estabelecimento requerido e por seu proprietário em razão de poluição sonora e perturbação da tranquilidade decorrente do funcionamento do comércio sem as medidas preventivas necessárias ao desenvolvimento da atividade, causando, desta forma, prejuízo ambiental e à paz pública.

30) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000781-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível irregularidade no pagamento de licença médica e "ch suplementar" durante afastamento por licença médica de servidora municipal.

31) Inquérito Civil nº 06.2021.00001029-8 - 7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS - Assunto: Apurar eventuais deficiências na dinâmica de atendimento no Sistema da Ouvidoria Municipal de Três Lagoas.

Campo Grande, 5 de setembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2022.00006651-0

Amparo legal: Artigo 25, II, c/c artigo 13, VI da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Simone Rosate Serviços de Educação LTDA.

Valor: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000490, de 02.09.2022, do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Capacitação de membros e servidores do Ministério Público Estadual, por meio de curso ministrado pela Contratada, denominado "Programa de Atualização Criminal", conforme solicitação da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – ESMP-MS.

Justificativa: Diante da singularidade dos serviços oferecidos, bem como a qualificação da ofertante para prestá-los, prescinde-se de um procedimento licitatório.

Ratifica: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 02 de setembro de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0020/2022/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000937-3.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: 3AMINING S/A

Assunto: Relatório de Fiscalização Ambiental nº 017/2ªCiaPMA/BPMA, Auto de Infração nº 2641, Termo de Paralisação nº 11490, Laudo de Constatação nº 7593 e Ocorrência nº 80/2022: Apurar a supressão de 21 hectares de vegetação nativa do bioma pantanal, no interior do imóvel rural “Fazenda Riacho do Urucum” (CARMS0007150), pertencente a 3A Minning S.A. (CNPJ nº 14.482.711/0002-5), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, uma vez que em desacordo como a Autorização Ambiental nº 1453/2020.

Corumbá/MS, 02 de setembro de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**IGUATEMI****EDITAL Nº 0025/2022/PJ/IGU**

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Procedimento Preparatório 06.2022.00000911-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Iguatemi/MS

Objeto: Apurar a regularidade e licitude da Lei Municipal n. 009/2021, que regulamenta a concessão de diárias aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Iguatemi.

Iguatemi, 01 de setembro de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça Substituto



SIDROLÂNDIA

EDITAL N° 016/2022/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000933-0.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia/MS

Assunto: "Apurar eventual desconformidade da numeração de casas nesta Comarca, de forma repetida na mesma rua, dificultando, desta a realização de diligências pelos órgãos de saúde, emergência e de justiça, assim como de eventuais concessionárias de serviços públicos essenciais".

Sidrolândia/MS, 01 de setembro de 2022.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SONORA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2022.00008804-7**EDITAL N° 0017/2022/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008804-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n.º 09.2022.00008804-7

Requerente: Promotoria de Justiça de Sonora/MS;

Assunto: Analisar prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2020, da Fundação Educacional e de Saúde de Sonora – FUNESS.

Sonora/MS, 02 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00008803-6****EDITAL Nº 0018/2022/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008803-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n.º 09.2022.00008803-6

Requerente: Promotoria de Justiça de Sonora/MS;

Assunto: Analisar prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2019, da Fundação Educacional e de Saúde de Sonora – FUNESS.

Sonora/MS, 02 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00008498-4**EDITAL Nº 0019/2022/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008498-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n.º 09.2022.00008498-4

Requerente: Promotoria de Justiça de Sonora/MS;

Assunto: Analisar prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2018, da Fundação Educacional e de Saúde de Sonora – FUNESS.

Sonora/MS, 02 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto